

## Factualidade e ficcionalidade na poesia de Affonso Ávila: uma abordagem semiolinguística

### Factuality and fictionality in the poetry by Affonso Ávila: a semiolinguistic approach

*Elisson Ferreira Morato*

*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*

---

**Resumo:** Este trabalho discute a presença da factualidade e ficcionalidade no discurso literário através da análise do poema “*pequeno catálogo colonial de nomes, cor de pele e meios de vida*”, de Affonso Ávila, a partir da teoria Semiolinguística de Charaudeau (1983, 2004) e das contribuições de Mendes (2004). Segundo Mendes (2004), a ficcionalidade é classificada em três modalidades: *constitutiva, colaborativa e predominante*. A primeira ocorre fora da esfera do discurso, a segunda em gêneros que mesclam fato e ficção e a terceira é típica no discurso literário. No *corpus* selecionado, percebemos a porosidade entre o factual e o ficcional. O texto reproduz um documento estatístico de 1804 reorganizado em blocos de versos. Considerando que, para Charaudeau (1983), os efeitos de real e de ficção são inerentes ao ato de linguagem, entendemos que o poeta altera o estatuto do texto original reenunciando-o dentro de outra situação de comunicação, na qual se opera uma ficcionalização. O poema de Affonso Ávila demonstra como ficcionalidade e factualidade trafegam em um via de mão dupla, fazendo com que um determinado gênero de discurso tenha seu estatuto (factual ou ficcional) alterado pelos procedimentos enunciativos do produtor do texto.

**Palavras-chave:** Factualidade. Ficcionalidade. Discurso literário. Teoria Semiolinguística.

---

---

**Abstract:** this paper discusses the presence of factuality and fictionality in literary discourse through analysis of a poem by Affonso Avila, through the Semiolinguistics theory by Charaudeau (1983, 2004) and contributions by Mendes (2004). According to Mendes (2004), the fiction is classified into three types: constitutive, collaborative and predominant. The first one occurs outside the sphere of discourse, the second one in genres that mix fact and fiction and the third one is typical in the literary discourse. In the corpus, we realize the porosity between the factual and fictional. The text reproduces a statistical document of 1804, reorganized into blocks of verses. Whereas for Charaudeau (1983), the effects of real and of fiction are inherent in the act of language we understand that change the status of the original text occurs thanks the procedure of fictionalization. The Affonso Ávila's poem demonstrates how fictionality and factuality can travelling in a two-way street showing us how a certain kind of discourse has its status (factual or fictional), modified by the procedures of the enunciation of the text producer.

**Keywords:** Factuality. Fictionality. Literary discourse. Semiolinguistic Theory..

---

## Introdução

Este trabalho discute a relação entre ficcionalidade e factualidade no discurso literário tomando por base parte da obra do poeta, historiador e ensaísta mineiro Affonso Ávila (\*1921). Para tanto, analisamos o poema intitulado “Pequeno Catálogo Colonial de Nomes, Cor de Pele e Meios de Vida” o qual foi elaborado através da reprodução fac-similar de um texto homônimo originalmente escrito em 1804 na antiga capital do estado de Minas Gerais: Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto. Para a análise do texto, recorreremos às contribuições de Mendes (2004) sobre a ficcionalidade, contribuições que, por sua vez, remetem à teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (1983, 2004), e, em especial, aos conceitos de *situação* e *contrato comunicacional*.

O poema de Affonso Ávila que analisamos apresenta a reprodução quase literal de um documento histórico em que o único traço de intervenção poética é alteração do tamanho da fonte e a reorganização do texto em uma estrutura de versos. O que nos mostra a problemática que se estabelece quando estabelecemos uma fronteira rígida entre o factual e o ficcional.

## 1 O conceito de ficção: uma problemática

O termo “ficção” é amplamente utilizado tanto no discurso científico quanto no discurso do senso comum. De maneira geral, ficção designa uma situação ou conjunto de situações irreais construídas por meio de uma representação artística (literatura, cinema, teatro, pintura, música etc). A palavra ficção também pode ser usada com sentido pejorativo para designar informações propositada ou equivocadamente falsas.

De maneira geral, a ficção é entendida como uma característica própria de certos tipos de texto cuja finalidade é antes distrair do que informar o leitor. Por essa razão, a ficcionalidade é associada, comumente à literatura ou a outras formas de expressão que têm mais compromisso com uma falsa verdade do que com a realidade.

O manuseio dos significantes, nesse caso, poderia ser um critério através do qual tomaríamos uma obra como ficção ou não-ficção. Entretanto, o estilo, ou o uso das palavras no texto, é um critério fluído ou pouco esclarecedor. Por que um texto seria fictício a partir do uso de tais ou tais palavras? Como podemos estabelecer no universo da produção literária uma fronteira entre a ficção e a não-ficção? Como a utilização de fatos históricos pode ser a matéria prima de textos ficcionais? São questões como essas que aproveitamos para discutir ao longo deste trabalho.

De acordo com Mendes (2004), a ficção é o ato ou efeito de sentido produzido pela ficcionalidade. Por sua vez, a ficcionalidade é um conjunto de procedimentos operados *na* e *pela* linguagem, e que tem como resultado o fato de o

texto ser considerado ficcional. Dessa maneira, podemos entender que a ficção é, ou seria, um efeito de parecer ser verdadeiro.

Ainda de acordo com o pensamento de Mendes (2004), do mesmo modo que a ficção é dada por procedimentos relacionados à linguagem, a factualidade é o ato ou efeito de operações realizadas na e pela linguagem. Efeito que consiste em fazer ou permitir reconhecer no texto uma situação possível ou efetivamente acontecida. Curiosamente, tanto o efeito gerado pela ficcionalidade quanto pela factualidade procuram adequar-se a uma aparência de realidade. E embora tenhamos operações de ficcionalidade e factualidade, observamos, com certa frequência, uma mudança de estatuto relacionada aos textos. A qualidade de ficcional ou factual, assim, não é fixa.

A literatura, por exemplo, é um espaço em que textos transitam entre o estatuto ficcional e factual. Se dissermos que tal fato ocorre porque ele é próprio da literatura, além de cometer uma tautologia, desperdiçaríamos a oportunidade de conhecer melhor o fenômeno de ocorrência da ficcionalidade e seus embates com a factualidade. Para tanto, investigamos esse fenômeno sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente sob a teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau.

## **2 A Teoria Semiolinguística: esboço geral**

A Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau estuda a relação entre as formas linguísticas e o sentidos que delas/nelas se pode construir a partir da ação de sujeitos dotados de uma intencionalidade relacionada ao ato de comunicação. Por meio dessa concepção, podemos observar que a significação é construída na/pela língua através da ação dos sujeitos sociais imbuídos de um propósito de influenciar o interlocutor. Não se trata de estudar os efeitos da cadeia de significantes, mas de como os significantes ganham sentido em conformidade com a intencionalidade dos sujeitos da linguagem.

Os sujeitos da linguagem, por sua vez, não devem ser entendidos como falantes empíricos, ou seres concretos, mas sim como nos diz Charaudeau (2001, p. 30):

o sujeito pode ser considerado como um lugar de produção de significação linguageira, para o qual esta atividade retorna a fim de constituí-lo. O sujeito não é, pois nem um indivíduo preciso, bem um ser particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação.

O discurso, por seu turno, é o exercício social da linguagem, significando daí que todas as vezes que nos comunicamos dentro um papel social determinado, (e estamos sempre em papéis sociais determinados) estamos transformando a língua em

discurso, seja por escrito seja através da fala. Esse ato é o que se denomina de enunciação e que, por sua vez, dá origem aos diferentes tipos ou gêneros de discurso.

Devemos enfatizar que, na Análise do Discurso o termo *discurso* designa não apenas o texto, mas também a relação deste a situação comunicacional na qual ele foi produzido: o discurso é entendido como uma relação de um texto com o contexto no qual foi produzido enquanto que o texto é um registro, uma materialidade de um ato de enunciação que pode ser interpretado de um modo ou de outro, conforme a situação em que seja lido.

Das formas de interação social nascem os diferentes discursos, e, nessa perspectiva, temos os diversos gêneros discursivos, derivados dos papéis circunstanciais exercidos pelos sujeitos da linguagem. Por essa razão, temos o discurso publicitário, o discurso literário, o discurso político etc.

O sentido do discurso é construído em concordância com as circunstâncias nas quais se deram sua produção e no diálogo dessa produção com a instância da recepção, instâncias representadas pelos sujeitos da linguagem. Por seu turno, esse dizer ocorre em diferentes situações. O que determina tanto o sentido quanto o gênero em que se encontra materializado esse ato de dizer. Se o sentido do enunciado é influenciado pela situação e pelos sujeitos, o mesmo ocorre com o estatuto de um discurso, que pode ser factual ou ficcional. Para tanto, vejamos o que nos diz, em termos mais precisos, a Semiologia.

### 3 Situação, contrato e enunciação

De acordo com Charaudeau (1983) em sua obra *Langage et Discours*, toda comunicação se articula através de um processo de troca envolvendo pelo menos dois parceiros, sujeitos da linguagem, que são o produtor e o receptor do discurso. Essa troca ocorre dentro de uma determinada situação social, na qual é gerado um contrato de comunicação. A situação pode ser entendida como o contexto extralinguístico no qual ocorre a comunicação e envolve as circunstâncias na qual ocorre a troca comunicativa.

A situação de comunicação pode ser ilustrada pelo fato, por exemplo, de os parceiros estarem face a face ou a comunicação ser mediada por algum canal, seu estado emocional, suas expectativas em relação à troca comunicacional e o motivo que os leva a se comunicarem. A situação, por sua vez, gera o contrato comunicacional, que pode ser entendido como um conjunto de restrições dentro da qual se firma a enunciação.

Segundo Charaudeau (2004, p. 25), essas restrições são quatro: a *identidade*, a *finalidade*, o *macro-tema* e os *dispositivos materiais* da *comunicação*. E nessa perspectiva, a identidade dos sujeitos da linguagem (professor/aluno, escritor/leitor, médico/paciente, político/eleitor), o objetivo com que eles trocam a comunicação, o assunto tratado e o canal usado na troca linguageira, definem o tipo de discurso (didático, literário, médico, político). Mendes (2004) acrescenta que, ao se definirem

os gêneros de discurso, define-se também seu estatuto ficcional ou factual.

## 4 Ficção e ficcionalidade

O trabalho de Mendes (2004, p. 117) nos traz uma definição bastante operacional de ficção. Para a autora, a ficção “é a simulação de uma situação possível”. Por sua vez, a ficcionalidade seria “o mecanismo de produção da ficção”. A autora nos apresenta três modalidades possíveis de ficcionalidade: a constitutiva, a colaborativa e a predominante, as quais ocorrem de modo diferente em conformidade com os vários gêneros de discurso.

A autora, amparada na Teoria Semiolinguística, nos informa que a ficcionalidade, perpassando todo e qualquer discurso, pode ser dividida em três tipos. Nesse caso, temos a “ficcionalidade constitutiva”, a “colaborativa” e a “predominante”. A “ficcionalidade constitutiva” (MENDES, 2004), corre em qualquer tipo de representação através da linguagem. Esse tipo de ficcionalidade opera, assim, como um mecanismo de simulação através do qual as palavras representam as coisas do mundo, ou seja, o próprio sistema linguístico é dotado de uma ficcionalidade constitutiva, na medida em que as palavras representam os seres e objetos do mundo e não são elas mesmas os objetos que representam.

A tipologia seguinte, a “ficcionalidade colaborativa” (MENDES, 2004) se caracteriza por “um considerável entrelaçamento de efeitos de real e de efeitos de ficção”. Nesse caso, temos um tipo de efeito dado graças à representação ou a reconstrução de eventos através do discurso: notícias, reportagens, relatos são exemplos de uma ficcionalidade colaborativa porque que buscam representar os fatos e objetos do mundo também substituindo situações reais por representações. A “ficcionalidade predominante” (MENDES, 2004), por sua vez, trata da ficção em sua acepção clássica. Essa tipologia seria típica daqueles gêneros de texto em que temos efeitos de ficção e real de modo a fazer uma história fictícia se parecer com uma história real ao mesmo tempo em que o autor estabelece um contrato ficcional para o texto que ele produz.

O discurso literário é um exemplo típico de ocorrência da ficcionalidade predominante. O escritor ou poeta constrói um mundo fictício através das palavras ao mesmo tempo em que busca, através dos efeitos de real, convencer o leitor que ele (o leitor) está dentro de um mundo possível, passível de ser real, ao mesmo tempo em que nos deixa entrever que se trata de mundo constituído apenas de palavras.

Essa postulação será retomada nas páginas seguintes, na análise do *corpus*. Após a apresentação dessas considerações teóricas, passemos a um olhar sobre o texto que submeteremos a análise.

## 5 Sobre o *corpus*

A primeira observação que se pode fazer sobre o poema de Affonso Ávila é que não se trata de um poema sobre o recenseamento, mas o próprio recenseamento reproduzido. O título do livro em que o poema foi publicado é *Código de Minas*. Código de Minas, por sua vez, é a denominação de uma legislação implantada pelo governo português em face das descobertas auríferas em Minas Gerais no século XVIII. Em 1940 o *Código* foi atualizado, e alterado em 1967 a fim de se adequar aos planos de segurança nacional intencionados pelo governo militar. É nesse mesmo ano de 1967 que Ávila publica seu livro homônimo.

Observamos a duplicidade de sentido da palavra *Minas* que remete a lei e ao estado da federação. Se o sintagma *Código de Minas* trata da exploração mineral, por outro lado, o livro de poemas nos mostra a prospecção estética de um conjunto de valores que se assemelha a uma verdadeira legislação que rege a sociedade mineira tradicional.

Na elaboração poética de Affonso Ávila, o *Código de Minas* reflete um conjunto de crenças e valores que norteiam as vivências e as práticas da sociedade mineira, tal como o poeta observava na década de 1960. O título altera o estatuto do discurso da legislação federal. O “Pequeno Catálogo Colonial de Nomes, Cor de Pele e Meios de Vida” traz uma parodização literal de que torna difícil reconhecê-lo como um poema de fato. Uma pista sobre o texto original nos é oferecida pela epígrafe do historiador Herculano Mathias e sua obra “Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais” que trata do texto tomado e ficcionalizado por Ávila. Vejamos o que nos diz a epígrafe:

Vila Rica atravessava em 1804 uma fase de estagnação. As lavras haviam reduzido grande parte da população a um estado muito próximo da miséria. Da famosa Idade do Ouro restavam, praticamente, os vestígios materiais nos morros esburacados e nos córregos sinuosos onde renitentes faiscadores teimavam em buscar recursos para sobrevivência. Dava-lhe certo alento a circunstância de ser a capital administrativa da Capitania, o que implicava na presença obrigatória de funcionários civis e militares com seu séquito de familiares e dependentes.

HERCULANO GOMES MATHIAS

(Um Recenseamento na Capitania de MinasGerais-Vila Rica-1804)

Cinco blocos de versos compõem o poema que, conforme o título, traz uma relação de nomes, cor de pele e meios de vida, distinguindo também profissões de meios de vida. A leitura do poema traz algumas dificuldades. Isso porque o poeta

reproduz as convenções ortográficas vigentes entre os séculos XVIII e XIX, como abreviaturas, ortografia e acentos. Com o propósito de garantir a integridade dos sentidos do poema, preferimos apresentá-lo integralmente reproduzindo a ortografia utilizada bem como o antigo sistema de abreviações.

Com o mesmo propósito, inserimos o texto integralmente no corpo deste artigo a fim de permitir ao leitor um contato prévio que permitirá a melhor compreensão de nossa análise. Mantivemos também a disposição gráfica original dos caracteres bem como o tamanho da fonte buscando reproduzir o texto com o máximo de fidedignidade:

1

*o Cor.e.el J.e Velloso Carmo, branco*

*que vive de minerar com Fabrica*

*o Cap.am Carlos de Assis Figueiredo, branco*

*que vive de negocio de fazenda seca*

*o Alf.s Francisco Lopes de Oliveira, branco*

*que vive de seu negócio de molhados*

*M.el de Mag.es Gomes, branco*

*que vive de seu negócio de Fazenda*

*Seca e negros novos*

*Luiz Antônio de Barros, branco*

*que vive de rend.to dos alugueres*

*das Suas Cazas*

2

*o D.or Lucas Antonio Monteiro de Barros, branco*

*que vive de Ouvidor geral e Corre.or*

*desta Villa*

*o D.or Diogo Pereira Ribeiro de Vasc.os, branco*

*que vive de Inspector do papel Sellado*

*o D.or Antonio Joze Vieira de Carvalho, branco*

*que vive de Cirurgiam Mor*

*o M.to reverendo Vidal Joze do Valle, branco*

*que vive de parocho desta freguezia*

*o Cor.el Pedro Afonso Galvão de S. Martinho, branco*  
*que vive de Comand.e do Regim.to*  
*da Cavalaria de Minas*

*o Cor.el Carlos Joze da S.a, branco*  
*que vive de Esc.am e Deputado da*  
*Junta Real*

*O Cap.am Antonio Joze Roiz de Azd.o, branco*  
*que vive do Officio de 1º Tabelião*  
*desta Vª*

*o Ten.e Rodrigo Soares de Albergaria, branco*  
*que vive de escrivam da Intendencia*

*o Ten.e Ignácio Joze Nogrª da Gama, branco*  
*que vive de Porta estandarte da*  
*Tropa paga*

*O Gurada Mor Fran.co da Costa de Oliveira, branco*  
*Que vive de hu ramo de dizimos*

3

*o Alf.s Manoel da Costa Ataíde, branco*  
*que vive da Arte de Pintura*

*Francisco da Silva Maciel, pardo*  
*que vive de sua Arte de Música*

*Manoel Fran.co Lx.a, pardo*  
*que vive de Escultor*

*Dm.os de Carvalho Rib.o, pardo*  
*que vive de seu Off.o de entalhador*

*Adão Cardozo, pardo*  
*que vive do seu Off.o de livreiro*

*Paulo Fagundes, pardo*  
*que vive de mestre alfaiate*

*Joze dos Santos Correa, preto mina*  
*que vive de fugueteiro*

*João Carvalho, crioulo*  
*que vive do seu Off.o de barbeiro*

*Domingos Per.ra Lima, pardo*  
*que vive do seu Off.o de Sombreiro*

*João Roiz Borges, pardo*  
*que do Off.o de pedreiro*

*Eugenio Per.a, crioulo*  
*que vive do seu Off.o de Xupeteiro*

*M.el Simões de Matos, pardo*  
*que vive de oficial de ferreiro*

*Manoel de Crasto (sic) Lobo, pardo*  
*que vive de seu Off.o de Latueiro*

*Serafim Correa Fortuna, pardo*  
*que vive do Off.o de Cirigueiro*

*Antonio da Rocha, pardo*  
*que vive de carapina*

4

*Joze Ferr.a da S.a, branco*  
*que vive de cobrador da Bulla*

*Joaquim de Souza Benavides, branco*  
*que vive de ensinar meninos*

*Francisco Leite Esquerdo, pardo*  
*que vive de trombeta do regimento de Linha*

*Joaquim Joze de S. Anna, branco*  
*que vive de Carcereiro da Cadeia desta V.a*

*Maria Lopes Pinta, parda*  
*que vive de suas Custuras*

*Hilária de Mendonça, crioula*  
*que vive de fiar algodão*

*Miguel Joze de Araujo, branco*  
*que vive de Companhia da Misericórdia*

*Anna Miz, mina*

*que vive de faiscar*

*Micaela, crioula*

*que vive de Enfermeira do Hospital*

*Dionizio Roiz, crioulo*

*que vive de Sachristão da Capela das Mercês*

*Anna Maria dos Anjos, branca*

*que vive de tingir correas aos soldados*

*Anna Theodora de Crasto (sic), parda*

*que vive de tecer de seu seu tear de algodão*

*Joze Roiz Pombo, branco*

*que vive de Ser Andador da Ordem 3.a de S. Fran.co*

*Anna Vieira Roiz, cabra*

*que vive de lavar roupas*

*Manoel de Gama, crioulo*

*que vive de Viajar para ajuste ou aluguel de sua pessoa*

*Luisa Pereira, parda*

*que vive de sua agencia*

*Joze Ferr.a S. Thiago, branco*

*que vive de carregar pedras*

*Jacinto Az.o de Meirelles , branco*

*que vive sem Officio algum*

*Julianna, crioula*

*que vive de esmolas que lhe dão os Fieis*

*Francisco, preto mina*

*que vive pobre*

5

*Euzébio, pardo*

*escravo*

*Manoel, angola*

*escravo*

*Francisco, mina*

*escravo*

*Maria, crioula*

*escrava*

<i>João, banguela</i>	<i>Alexandre, crioulo</i>
<i>escravo</i>	<i>escravo</i>
<i>Felicia, parda</i>	<i>Feliciano, xambá</i>
<i>escrava</i>	<i>escravo</i>
<i>Rufina, cabra</i>	<i>Francisco, cabundá</i>
<i>escrava</i>	<i>escravo</i>
<i>Joaquim, congo</i>	<i>Antonio, nagô</i>
<i>escravo</i>	<i>escravo</i>
<i>Antonio, rebolo</i>	<i>Maria, cabo verde</i>
<i>escravo</i>	<i>escrava</i>
<i>Antonio, monjolo</i>	<i>Rita, mulata</i>
<i>Escravo</i>	
<i>Escrava</i>	
<i>João, Luanda</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Joze, Bahia</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Francisco, maranguaya</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Joze, camundo</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Antonio, baca</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Francisca, mística</i>	
<i>escrava</i>	
<i>João, nebumbe</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Francisco, camundongo</i>	
<i>escravo</i>	
<i>Joze Sutiro, maçumbi</i>	
<i>escravo</i>	

Primeiramente, o leitor pode observar que o poema apresenta uma espécie de inventário social em que são personagens brancos, mulatos e negros de diversas etnias africanas. Outro aspecto chamativo é o fato de que a cada bloco de versos os caracteres diminuem de tamanho ao passo que aumenta o contingente de nomes catalogados. De modo a termos a seguinte estruturação:

– em 1 temos poucos brancos, alguns com alta patente militar, vivendo de mineração, comércio (inclusive de escravos) e aluguel de imóveis;

– em 2 temos todos brancos em um grupo mais numeroso que vive de cargos burocráticos, religiosos, militares e profissionais liberais;

– em 3 a relação de nomes se expande, o único branco é o pintor barroco Manoel da Costa Ataíde, muito atuante em Minas Gerais entre os anos de 1800 e 1830. As demais personagens são mulatos ocupando-se de ofícios manuais, sendo que dois negros aparecem nessa relação;

– em 4 temos um contingente maior, formado por brancos, pardos e negros que vivem de ofícios humildes, incluindo o branco Jacinto “que vive sem Offício algum” e Francisco, um negro “que vive pobre”.

– em 5 temos personagens com apenas um primeiro nome, marca de um batismo cristão recebido no cativo, os quais são catalogados segundo etnias africanas e apontados apenas como *escravos*. Curiosamente, neste bloco não se especificam os ofícios a que são submetidos esses escravos.

Podemos notar que o texto do recenseamento representa a sociedade colonial em Minas do início do século XIX. Não conhecemos o texto original que serve de base ao poema, mas intuimos como ele estabelece um critério para catalogar os indivíduos. Ao recenseador ou seu ordenante importava elencar as personagens daquele universo social classificando-as segundo nome, cor de pele e meio de vida, o que reflete uma estrutura social e um sistema de organização de seus membros em concordância com as disposições do governo da capitania, o qual buscava conhecer e, ao mesmo tempo, manter a hierarquização social da época.

Considerando o contexto da produção deste censo entendemos melhor seu conteúdo. O século XIX em Minas nasce sob o signo da decadência da mineração, de modo que esta já não sustenta a tantos privilegiados como no século anterior. Muitos ex-mineradores encontram guarida em outras atividades, inclusive nas corporações militares ou na burocracia do Estado. É também a época da consolidação da classe dos mulatos. Atuante nos ofícios manuais, que eram menosprezados pelos brancos de boa condição social e econômica. Os mulatos se destacaram inclusive nas artes: como nos mostra, por exemplo, um certo “Francisco da Silva Maciel, pardo/ que vive de sua Arte de Música”.

Uma grande massa de pobres, por sua vez, mesclava brancos, pardos e negros, muitos dos quais viviam de ofícios temporários, da condição de semi-escravos, ou das esmolas que pediam. Um último segmento era formado por negros considerados apenas como uma totalidade de escravos sem qualquer designação do ofício a que eram submetidos. Esses negros eram concedidos apenas um nome comum com que pudessem ser chamados e destinados a todos os tipos de trabalho

braçal disponíveis na Colônia.

Como é comum no texto literário, podemos encontrar novas leituras possíveis como um pequeno deslocamento de nosso ângulo de observação. E podemos ainda ler no poema a atualização de um sistema de valoração dos indivíduos segundo o tronco familiar, a origem étnica e a profissão. Desse modo, observamos que a importância dos indivíduos ainda é apontada segundo critérios direta ou indiretamente relacionados a fatores sócio-econômicos. Mas passemos a verificação do estatuto da ficcionalidade.

## 6 A ficcionalidade do texto factual

Ao iniciar esta análise, chamamos atenção para o que nos diz Charaudeau (1983, p. 98). Para o autor, qualquer ato de linguagem é perpassado por efeitos de real e de ficção: “todo projeto de fala se realiza através da encenação de efeitos de ficção e de efeitos de real”<sup>1</sup> Tal postulação implica que o discurso transita entre o fato e a ficção.

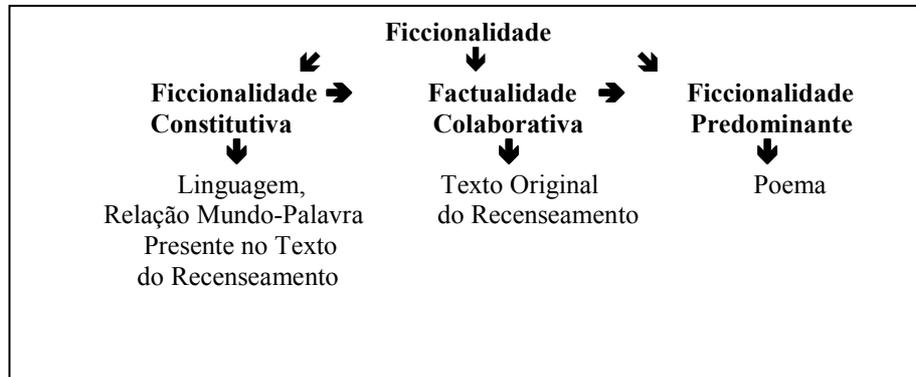
No caso do poema de Affonso Ávila, temos uma ficcionalidade constitutiva no texto em si, já que ocorre, naturalmente, uma relação entre palavra e mundo, especificamente, as palavras do poema representam seres e coisas tais como observadas em 1804, em Minas colonial. Os fatos relatados podem, ou poderiam, ser constatados historicamente. Assim, podemos entender que o poema, embora tenha um estatuto ficcional, apresente também uma factuality colaborativa. Esse tipo de factuality não se encontra definido por Mendes (2004), mas podemos formular esse conceito devido ao fato de que a factuality se manifesta no poema através da formação de efeitos de real.

Nesse caso não se trata de uma ficção pura. É o que ocorre com um relato histórico sobre a Inconfidência Mineira ou a Revolução Francesa, por exemplo. Mas deve-se levar em conta que esse relato, embora histórico, constrói uma simulação dos fatos. De modo que o documento histórico que o poeta utiliza para construir seu poema é marcado por uma ficcionalidade colaborativa, já que o recenseamento apresenta uma simulação do panorama geral da sociedade mineira do início do século XIX através de uma simulação que é o próprio texto burocrático apresentado.

Nesse caso, ainda que Affonso Ávila tenha usado um discurso cujo estatuto é factual para construir seu poema, sabemos que o poema em si é dotado de um estatuto de ficcionalidade. Essa ficcionalidade predominante não é dada apenas pelas palavras, mas também pela própria estruturação gráfica do poema: embora reproduza o texto do recenseamento, o poeta cria versos, quebrando a estrutura original do texto burocrático, altera o tamanho das letras, divide os versos em estrofes e constrói outros efeitos de sentido além daquele que consiste simplesmente em informar dados sobre os habitantes da capitania de Minas.

<sup>1</sup> Tradução nossa para: “tout projet de parole se réalise a travers de la mise en scene d’effets de fiction et d’effets de reel”.

Nessa ficcionalização do factual pode-se observar que o poeta segue uma espécie de processo que atravessa os três modos para dar ao poema o estatuto de uma ficcionalidade predominante. A esse processo buscamos representar a seguir da seguinte maneira:



**Quadro 1:** tipos de ficcionalidade/factualidade

De acordo com o esquema mostrado anteriormente, o poema de Affonso Ávila é construído com um trabalho que envolve as duas modalidades de ficcionalidade e uma de factualidade: há uma ficcionalidade constitutiva no poema, que é aquela inscrita na representação do mundo através da linguagem. Há também uma factualidade colaborativa inscrita no texto original do censo que o autor utiliza na elaboração do poema. A partir desse processo, o autor chega à construção de uma ficcionalidade predominante que é aquela que caracteriza o discurso literário: o poema constrói um mundo possível em que há interpretações variadas.

O poeta reenuncia um discurso burocrático dentro de uma nova situação de comunicação e, assim, constrói um discurso literário ficcional usando como matéria-prima um discurso cujo estatuto é factual. O texto original do catálogo foi produzido por sujeitos da linguagem específicos e dentro uma situação e de um contrato comunicacionais também específicos. Affonso Ávila se apropria desse material discursivo e o utiliza dentro de outra situação de comunicação na qual temos um contrato estabelecido entre o poeta e seus possíveis leitores: o contrato, nesse caso, provoca uma alteração do estatuto do discurso do “Pequeno Catálogo Colonial de Nomes, Cor de Pele e Meios de Vida” de factual para ficcional.

## Conclusões e perspectivas

A análise do poema de Affonso Ávila nos permite tirar algumas conclusões que vão além da simples constatação de que o autor perpassa dois tipos de ficcionalidade antes de chegar à ficcionalidade predominante no “Pequeno Catálogo Colonial...”. Primeiramente, podemos observar que a ficcionalidade depende tanto da

situação de enunciação quanto do contrato que se estabelece entre o produtor e o receptor do discurso.

Ela, a ficcionalidade, é um conjunto de restrições contratuais, e não é um efeito de sentido ou uma força que existe *a priori*, ou fora do domínio da linguagem. Desse modo, podemos dizer que a ficção depende de uma espécie de acordo entre o poeta e seus possíveis leitores. De modo que a ficção habita a realidade com a mesma frequência que a realidade se aloja no discurso sobre a realidade.

A ficcionalidade desse modo não é um estatuto presente apenas na literatura, mas um efeito construído *na e pela* linguagem que, conforme a situação e o contrato, pode não apenas ocorrer em qualquer gênero de discurso mas alterar o estatuto de um determinado gênero levando-o a transitar da factualidade para a ficcionalidade ou da ficcionalidade para a factualidade.

## Referências bibliográficas

ÁVILA, Affonso. *Código de Minas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. e MELLO, R.(Orgs). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

MENDES, Emília. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

*Recebido em 3 de dezembro de 2010.*

*Aceito em 2 outubro de 2011.*

### ELISSON FERREIRA MORATO

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de Língua Portuguesa e Literatura. Email: elissonmorato@yahoo.com.br.